

**Psicologia Social Comunitária
como Educação Política:
resistência e afirmações no cotidiano**
**Social Community Psychology as Political Education:
Resistance and affirmations in everyday life**

Maria de Fátima Quintal de Freitas
Universidade Federal do Paraná-UFPR (Brasil)

Resumo. Nas ações e práticas comunitárias que estão comprometidas com a politização da consciência nos contextos educacionais (formais e informais) vários são os desafios. Um dos maiores refere-se a como garantir o envolvimento e o compromisso dos diferentes atores sociais nas redes de convivência cotidiana e comunitária. Dentro da perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latinoamericana e dos trabalhos comunitários realizados junto aos setores populares explorados e oprimidos, verifica-se que a participação e a conscientização são dois processos psicossociais fundamentais para a construção de redes comunitárias mais solidárias e justas que podem contribuir para a transformação social. Assim, a participação tem sido enfocada no seu compromisso com a transformação social, e a conscientização tem sido vista como um processo crítico e político necessário à formação de pessoas que sejam comprometidas com a justiça, a dignidade e a humanidade. Pretende-se fazer uma análise sobre os conceitos de participação, conscientização e estratégias de sobrevivência psicossocial, a partir da ótica dos trabalhos de educação popular (em Paulo Freire) e da psicologia social comunitária Latinoamericana. Assim, pretende-se uma reflexão a respeito dos trabalhos da psicologia social comunitária como sendo um instrumento para: a) as práticas pedagógicas como possibilidades de transformação social; e b) as práticas de educação popular como possibilidade para a conscientização na vida cotidiana das pessoas.

Palavras-chave: intervenção comunitária e transformação social; educação libertadora; processos de participação e conscientização.

Abstract. In the community practices and actions that are committed to the politicization of consciousness in educational settings (formal and informal) there are the various challenges. One of the biggest ones concerns how to ensure the involvement and commitment of different social actors in networks of everyday life and community. From the perspective of community social psychology in Latin America and the community work carried out at the popular sectors exploited and oppressed, it appears that the participation and awareness are two fundamental psychosocial processes to build community networks more solidarity and justice that can contribute to social transformation. Thus, participation has been focused on its commitment to social change and awareness (conscientization) has been seen as a critical process and political support to the training of people who are committed to justice, dignity and humanity. The aim is here to make an analysis on the concepts of participation, awareness and psychosocial survival strategies, from the perspective of the work of popular education (Paulo Freire) and Latin American community social psychology. Thus, we intent the reflection upon the work of community social psychology as a tool to: a) pedagogical practices as a possibility of social change, and b) the practices of popular education as a possibility for raise awareness in the everyday life of the people.

Keywords: community intervention and social transformation, liberating education; processes of participation and awareness.

Introdução:

Breve debate sobre vida cotidiana e contextos atuais

A partir das décadas de 1960, ao longo dos trabalhos comunitários desenvolvidos na América Latina, foi possível perceber que a participação e a conscientização constituíram-se como processos psicossociais decisivos, em especial quando se pensa nas possibilidades de transformação social, dentro das redes de convivência da vida cotidiana. Estas dimensões relacionam-se à dinâmica das próprias práticas comunitárias, e aparecem nas interações dos diversos participantes dos trabalhos, sejam eles agentes externos (profissionais) ou internos (moradores ou participantes dos grupos comunitários) (Montero, 1997; Freitas, 1998; 2003, 2005, 2008 a, 2008b).

Falar disso também significa focar práticas de intervenção comunitária que tenham um claro compromisso com a emancipação e com

a libertação de setores e povos oprimidos e explorados (Escorel, 1999; Freitas, 2003, 2005, 2007; Lozada, 1999; Montero, 2000; Serrano-Garcia, 1992), de tal modo que isto possa ser considerado quando da realização dos trabalhos comunitários.

Se os trabalhos da Psicologia Social Comunitária têm como claro compromisso o fato de que as populações, os setores e os grupos comunitários deveriam se mobilizar e se organizar em torno dos seus direitos básicos a fim de construírem uma vida mais digna e justa, considera-se importante, que sejam analisados os aspectos que estão presentes na vida das pessoas, e que podem impactar, de modo diferenciado as suas possibilidades de atuação e mudança no mundo comunitário (Barreiro, 1985; Martín-Baró, 1989; Freitas, 2000). Desta maneira, a compreensão a respeito de alguns aspectos -como os relativos a o que acontece com as pessoas em seu dia a dia; que significados atribuem à vida que têm e que tipo de interação estabelecem - se constitui em um verdadeiro ponto de inflexão, para entendermos o porquê as práticas comunitárias avançam ou não, na direção proposta (Freitas, 1998; 2003, 2005; Montero, 2000; Martín-Baró, 1987). Esta compreensão nos leva a entender em que medida os processos de conscientização e de participação tornam-se suscetíveis aos acontecimentos do cotidiano, e como impactam diferentemente as pessoas envolvidas, de tal modo que isso permite identificar as possibilidades de avanços e recuos dos trabalhos comunitários (Barreiro, 1985; Flores, 1999; Freitas, 2003; Martín-Baró, 1987; Serrano-Garcia, 1992).

Derivado disto, emerge a necessidade de pensar nas estratégias cotidianas utilizadas pelas pessoas para se afirmarem e se reafirmarem, seja em suas ações e relações, seja em suas crenças a respeito dessas relações e das práticas construídas, dentro dos trabalhos de intervenção comunitária.

Embora hoje se encontre um aumento significativo no número de trabalhos comunitários - voluntários, filantrópicos ou mesmo do chamado terceiro setor - parecendo haver uma maior "sensibilidade" da sociedade para com os setores explorados e marginalizados, ainda não existem dois aspectos: um, de que de fato, tenha aumentado a participação de pessoas comprometidas com a transformação social e enfrentamento das condições de exploração; e outro, de que tais trabalhos comunitários tenham gerado processos de conscientização que levem ao rompimento das formas de naturalização da vida cotidiana e submissão a essa exploração.

Esta consideração nos remete a intentar responder ao desafio, colocado nos diferentes trabalhos em comunidade, que se expressa em duas perguntas: a) como envolver e como comprometer as diferentes pessoas a participarem nos trabalhos comunitários a serem desenvolvidos? e b) como, manter as pessoas fazendo o que fazem e, mais, continuar acreditando que vale a pena fazer o que estão fazendo nos

trabalhos comunitários? Estas são duas questões chaves que nos remetem a pensar no que se passa no plano da prática e no plano da consciência. O primeiro plano refere-se ao fazer e às intervenções em comunidade (plano da prática psicossocial); o segundo relaciona-se aos processos psicossociais envolvidos e à politização da consciência (englobando também os avanços e recuos dessa consciência e seus conteúdos, quando se efetiva a prática nas relações comunitárias) (Freitas, 2002).

A partir daí, poderíamos, então, pensar quais seriam as possibilidades de realização dos trabalhos comunitários comprometidos com a melhoria da vida concreta das pessoas, dentro de uma perspectiva de construção de redes coletivas e mais solidárias e humanas (Montero, 2003 a, 2003b; Martín-Baró, 1985, 1998 a; Freitas, 2005, 2014, 2015).

Torna-se importante recuperar um pouco do cenário em que tais desafios e questionamentos surgiram nos trabalhos comunitários (Freitas, 2000), revelando-se nas atuais condições do mundo globalizado que têm acirrado dificuldades para os profissionais e trabalhadores do campo comunitário.

Vida Cotidiana e Contextos de Globalização:

Os contextos de globalização e as diferentes relações de exclusão e de precarização da vida cotidiana, no mundo atual, têm apresentado alguns fenômenos interessantes e preocupante às diferentes práticas acontecidas em contextos comunitários e educacionais, tais como:

a) um aumento significativo nos diferentes projetos e programas comunitários envolvendo desde ONGs, entidades filantrópicas, profissionais e até grupos de voluntários da sociedade civil (Freitas, 2000, 2001). Passou a ser incentivado social e politicamente fazer trabalhos comunitários, independentemente das motivações, crenças e posicionamentos políticos;

b) uma preocupação da sociedade para com os setores explorados e oprimidos, excluídos que se torna cada vez mais visível e divulgada, parecendo gerar uma predisposição, quase coletiva, em ajudar (Freitas, 2003, 2005). Poder-se-ia pensar em uma espécie de “imaginário coletivo” favorável à solidariedade quase como uma inexorável determinação social contemporânea, que pode contribuir para uma certa naturalização dos trabalhos comunitários e, conseqüentemente, dos problemas sociais (!).

Como já dito anteriormente, embora tudo isto (os dois itens acima indicados) esteja, por um lado, felizmente, a acontecer, não podemos dizer que outros aspectos estariam sendo garantidos, como o aumento efetivo da participação numa construção coletiva e democrática; e nem os processos de conscientização que levariam a uma ruptura com processos de exploração (Freitas, 2005; Montero, 2003b).

Pensando-se nos processos de conscientização, decorrem, então, daqui duas constatações importantes para o desenvolvimento de projetos e propostas de ação psicossocial em comunidade. Uma primeira constatação refere-se ao fato de que não há, infelizmente, uma relação direta entre a realização de mais trabalhos comunitários e um aumento ou melhoria na consciência e participação da população (Freitas, 2003). E, a segunda constatação refere-se à necessária relação que há entre os processos de participação e conscientização bem como suas repercussões nas estratégias de sobrevivência cotidiana das pessoas, de tal modo que afetam a condução dos trabalhos de intervenção psicossocial, tornando-os favoráveis ou não às possibilidades de transformação social (Freitas, 2002; Martín-Baró, 1998b).

Propõe-se, neste capítulo, desenvolver uma discussão sobre a vida cotidiana, os processos de conscientização e as estratégias de sobrevivência psicossocial à luz dos aportes da Psicologia Social Comunitária e da Psicologia Social da Libertação Latinoamericanas e do campo da Educação (Freitas, 2005). Para isso faremos o seguinte trajeto:

1) Num primeiro momento, uma breve exposição de algumas categorias centrais que têm se mostrado relevantes quando do desenvolvimento dos trabalhos e intervenções comunitárias na perspectiva da construção psicossocial do Homem, no campo da psicologia social comunitária e educação popular de Paulo Freire; e

2) No segundo momento, uma apresentação de uma proposta que desenvolvemos para uma análise, no campo da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana, sobre a vida cotidiana, participação e estratégias de sobrevivência psicossocial, e indicando alguns elementos que nos dão uma certa diferenciação em relação a outras práticas, e trazendo uma breve reflexão sobre o processo de formação guiado pelos processos de conscientização dentro das práticas cotidianas, profissionais e comunitárias.

Primeiro Momento:

Psicologia Social (Comunitária e da Libertação) e Educação Popular (Paulo Freire): Conceitos e Pressupostos

O campo da Educação Popular no Brasil tem como ícone o educador pernambucano Paulo Freire que, em plena ditadura, posicionou-se na defesa da justiça e direitos humanos, através de uma educação libertadora, cuja filosofia desnudava as formas de opressão e exploração da classe popular (Freire, 1974). Através da alfabetização e de relações humanizadoras entre educador e educando, ele preconizava a construção de formas de apropriação do mundo pelo Homem. Ou seja, que os processos de conscientização acontecessem na mediação do processo de “ler o mundo e fazer cultura”, através do qual o Homem se apropriaria de

sua história individual e social (Freire, 1974, 1976). Como os campos da educação popular e da psicologia social comunitária concebem alguns conceitos básicos para a reflexão aqui apresentada? Vejamos algumas destas categorias.

Concepção de Sociedade:

Paulo Freire emprega expressões que se referem à sociedade fechada, sociedade em transição, sociedade alienada e sociedade aberta Freire (1974). Isto vai permitir, em sua proposta, que se fale de tipos de consciência e de educação que estariam referenciadas nesses tipos de sociedade. No campo da Psicologia Social da Libertação, Ignacio Martín-Baró vai falar nos modos capitalistas de produção e reprodução da vida e seus impactos na estrutura psíquica e de relações cotidianas (Martín-Baró, 1985, 1998 a, 1998b).

Conceito de Educação:

Nesses dois autores - Freire e Martín-Baró - encontramos que é através da Educação que se torna possível compreender e desmascarar as diferentes concepções de Homem e de sociedade que são veiculadas pela ideologia dominante.

Para Paulo Freire a educação é vista como um processo de mudança social. Em Ignacio Martín-Baró há a ênfase de que sejam identificados os elementos psicossociais presentes nas relações diárias que dariam a base para os processos educativos, e com isto seriam desnudados os mecanismos de dominação e subordinação existentes, e isto seria o campo da Psicologia Social da Libertação (Martín-Baró, 1985, 1998a, 1998b).

Conceito de Consciência e Alienação:

Em Paulo Freire encontramos a bipolaridade Consciência – Alienação, relacionando os conteúdos da Consciência com os tipos de educação (educação bancária versus educação conscientizadora). Paulo Freire vai falar da passagem da consciência ingênua para a consciência crítica como forma de emancipação do Homem, e que isso dar-se-ia através da alfabetização (Freire, 1974, 1976).

No campo da Psicologia Social Comunitária temos nos referido aos processos de naturalização e desideologização da vida cotidiana, como processos de consciência que revelam formas e concepções fatalistas e conformistas no enfrentamento da realidade e de seus problemas, impedindo avanços para formas de participação que levem a transformações (Freitas, 2008, 2012, 2014; Martín-Baró, 1998 a, 1998b).

Defende-se, que seja na vida cotidiana concreta, que possa acontecer o rompimento ou a desideologização (ou quebra da naturalização) das formas de poder e opressão, permitindo que novas relações de libertação sejam construídas e fortalecidas pelos processos de conscientização.

Nas práticas da psicologia social comunitária, acreditamos que os níveis de Consciência/Alienação materializam-se na prática cotidiana das relações (práxis), que podem ser de manutenção ou de transformação. E, será, aqui, exatamente, que poderão ser detectados os efeitos e impactos dos processos de ideologização na vida cotidiana.

Que intersecções haveria entre as propostas desses dois campos temáticos?

A) Em relação à Educação Popular, pode-se afirmar que se trata de um conceito presente para os campos da Educação popular e Psicologia Social Comunitária. Entretanto, a ênfase e os lugares atribuídos são distintos.

Em Paulo Freire, a Educação aparece com os seguintes elementos ou aspectos (Freitas, 2005):

a) a educação é o carro principal para as ações e processos que potencializem uma ruptura com a exploração;

b) a alfabetização é que seria responsável por possibilitar a aquisição de um espaço socialmente reconhecido para os educandos;

c) através dela haveria a possibilidade de politização sobre as condições de vida, ao lado da apreensão e compreensão dos determinantes sócio-históricos dessas condições;

d) o processo educativo constrói-se através dos conhecimentos populares.

Para o que compreendemos como específico ao nosso campo da Psicologia Social Comunitária, as características (Freitas, 2005, 2003, 2008, 2014, 2015) estariam localizadas em:

a) a educação é um processo pedagógico que acontece nas relações e interações humanas;

b) a alfabetização não é o único mediador possível desse processo pedagógico de emancipação;

c) as relações de grupo, os processos de construção de identidade, e o gerenciamento das diferentes formas de poder são os eixos para os processos educativos e de emancipação;

d) há o emprego de instrumentos que permitam o aparecimento do conhecimento popular.

B) Em relação aos Conceitos de Participação e Conscientização, pode-se afirmar que ambos os campos focalizam tais conceituações como sendo importantes, localizando-as e analisando-as como emergentes da prática concreta, em um movimento de aproximação ao conceito de consciência (e seus diferentes níveis, como apontado por Paulo Freire). Existe nos dois campos, uma ênfase na práxis politizadora e libertadora. Entretanto na Psicologia Social Comunitária, a prática psicossocial aparece como tendo um forte compromisso político dirigido à transformação social. Tendo esta concepção filosófica a respeito da sociedade e do Homem, ambos partilham a crença de que os modelos teóricos são construídos a partir da prática e se referenciam ao contexto histórico-social do qual emergiram (Freitas, 2005, 2008, 2014).

C) Quanto ao emprego de Metodologias dirigidas às práticas dos trabalhos comunitários (Freitas, 2001, 2003, 2005, 2014), ambos os campos orientam-se pela:

a) filosofia de mundo emancipatória;

b) pela coerência na apreensão dos processos implicados na constituição do ser social e psicossocial, compreendido em relação;

c) compromisso com o aprofundamento e análise dos determinantes das condições nas quais as pessoas se encontram, diferentemente das propostas neo-liberais de universalização e superficialidade do conhecimento.

Na Psicologia Social Comunitária há uma ênfase maior ao uso de metodologias participativas e colaborativas, com o intuito de derivar delas, também, a produção de conhecimentos que poderiam constituir-se em ferramentas futuras.

Segundo Momento:

Repercussões Psicossociais na Vida Cotidiana

A experiência nos trabalhos comunitários tem apontado para as repercussões psicossociais que condições sociais contemporâneas tem produzido na vida cotidiana e na realização de tais práticas. Podem ser indicadas três grandes repercussões.

A primeira liga-se ao fenômeno que temos denominado de “presentificação da vida cotidiana” (Freitas, 2005, 2003). Isto significa dizer que vivemos uma contínua atualização dos acontecimentos sociais, independentemente do seu grau de aprofundamento ou superficialidade. Junto a isto vem, também, a falsa idéia de que a realidade está sendo conhecida, e que, portanto, não é necessário estar em contato real e efetivo com essa realidade. O resultado psicossocial é que a sensibilidade para com a vida real fica prejudicada e fica mediatizada pela quantidade de

informações recebidas (Freitas, 2005). A segunda repercussão deriva da primeira, e surge como a idéia de que se pode escolher entre o “querer se aproximar ou se distanciar da realidade”, onde seriam realizadas ações ou práticas comunitárias. Aparece então o que, também, denominamos de fenômeno psicossocial de “Mitos da Participação” (Freitas, 2005, 2003), que aponta para as relações entre sentidos da participação e graus de envolvimento no cotidiano. Ou seja, são gerados diferentes “tipos psicológicos de participação” associados a diferentes sentimentos de estar participando (Freitas, 2005). A terceira repercussão liga-se a pseudo-ideia de que as demandas e necessidades da população estariam sendo atendidas (Freitas, 2003, 2005). E esta ideia falsa de atendimento surgiria devido a: aumento de programas e projetos comunitários, independentemente de seus resultados geram contributos para a construção da conscientização; e a ideia distorcida de que as formas de inclusão estariam desaparecendo visto que muitos estão sendo atendidos. Na realidade, o que está havendo é uma inclusão que continua a excluir e precarizar (ou seja, uma “inclusão excludente”); e, ao mesmo tempo, encontramos formas variadas de exclusão que permitem a inclusão de pessoas que estavam à margem da dinâmica social (“exclusão includente”) (Freitas, 2005).

Estas três repercussões psicossociais se traduziriam em um efeito psicossocial interessante, mas distorsivo, de que a sociedade estaria tornando-se mais igualitária e justa, quando na verdade, e, infelizmente, o que estaria acontecendo é um alargamento do seu grau de aceitação e conformismo para com as diferentes e sutis formas de injustiça e exploração na vida cotidiana (Freitas, 2002, 2003).

Práticas da Psicologia Social Comunitária: desafios e impactos

Tendo como referência a construção de redes de convivência e sobrevivência psicossocial mais solidárias e humanas, ao lado do desenvolvimento de uma consciência coerente a isto (Freitas, 2003; Montero, 2003b), um grande desafio que está colocado a todos os profissionais comprometidos com as mudanças sociais, refere-se àquilo que alguns autores denominam de como “radicalizar a democracia”, ou seja, como ajudar a tornar o mundo mais justo e digno garantindo as diversidades e diferenças e enfrentando os preconceitos e inequidades vividos cotidianamente.

Na perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana, fazer esta “radicalização da democracia” implica apoderar-se do conhecimento histórico sobre a vida social dos diferentes grupos e comunidades, compreendendo, assim, a vida dessas pessoas, seja nos seus problemas cotidianos, seja nas suas possibilidades de enfrentamento, seja na construção de possíveis ações coletivas e comunitárias (Freitas, 2003, 2005). Para isso, torna-se necessário que se articulem e se

comprometam os diferentes movimentos sociais, os grupos comunitários e os diversos segmentos da sociedade em torno de uma proposta coletiva, e tomem como **matriz principal**, dentro dos trabalhos comunitários, os cotidianos de existência das pessoas e as redes de convivência comunitária que conseguem construir (Freitas, 2001, 2003,2005).

Assim, do ponto de vista psicossocial e comunitário, os aspectos necessários à radicalização da democracia (Freitas, 2005; 2014) referem-se a:

- a) implementar a cultura democrática no cotidiano das relações;
- b) construir relações e redes comunitárias e associativas que envolvam efetivamente os participantes;
- c) contribuir para o incremento da participação das pessoas nas diferentes esferas públicas estabelecendo os liames com a sua vida privada.

Neste momento devemos, então, fazer uma discussão sobre os impactos das práticas e trabalhos comunitários e educacionais, enfocando a relação entre as necessidades e as prioridades do trabalho desenvolvido. Em outras palavras, devemos perguntar se: a) a realização dessas práticas psicossociais em comunidade é, de fato, prioritária? b) estará atendendo a que necessidades e de quem? c) trará impactos e mudanças relevantes e, se sim, na perspectiva de quem?

Para responder a estas indagações - que podem permitir que compreendamos as possibilidades de conscientização nos profissionais envolvidos e na comunidade participante - devemos considerar três dimensões (Freitas, 2000, 2001, 2003):

- 1) a dimensão do próprio trabalho realizado: identificando os envolvidos, suas **motivações e compromissos**;
- 2) a dimensão das relações entre comunidade e agentes externos (profissionais): identificando a natureza da relação travada e o tipo de participação de cada um; e
- 3) a dimensão da construção de ações coletivas e comunitárias: identificando o tipo de ação implementada, no âmbito mais coletivo ou mais individual, e os resultados alcançados (sejam mais coletivos ou mais individuais).

Proceder a uma análise, considerando estas três dimensões, permite que se caracterize o tipo de trabalho compreendendo as repercussões na vida cotidiana dos mais diferentes participantes e, conseqüentemente, nas possibilidades de avanço ou recuo da consciência dentro desses trabalhos (Montero, 2003a, 2003b).

Práticas psicossociais específicas e vida cotidiana

Quando se pretende tecer algumas considerações sobre a Psicologia Social Comunitária, na perspectiva de uma práxis comprometida com a construção de relações cotidianas mais justas e dignas, deveríamos também, hoje, pensar sobre as possibilidades de ação e de abrangência deste campo, como parte de uma reflexão sobre práxis e paradigmas. A sistematização sobre a história da Psicologia Social Comunitária, no Brasil e na América Latina, permite que hoje tenhamos maior clareza sobre os diferenciais desta forma de atuar.

Necessariamente trata-se de um tipo de trabalho que vai para além da investigação, do estudo ou da análise abstrata, como mecanismos principais em si. Depreende-se a finalidade da Psicologia Social Comunitária em quatro aspectos: como prática, como conhecimento, como possibilidade de mudança e como intervenção. Neste último – o da ação ou intervenção psicossocial nas relações do cotidiano – delineia-se uma forma de ação em que os agentes comunitários (interno e externo) se implicam numa relação partícipe e partilhada quanto a problematização da realidade, o que permitira uma elaboração de alternativas a serem implementadas através de processos de formação e capacitação de lideranças e agentes comunitários.

Derivado disto encontramos as origens teóricas e metodológicas que sustentam a realização destes trabalhos. As bases conceituais do campo marxiano, da sociologia rural, da investigação-ação-participante (IAP) e da Psicologia Social Latinoamericana da Libertação orientam estas práticas. As estratégias metodológicas ancoram-se nos trabalhos da educação popular e de adultos, da cultura popular, todos apoiados na filosofia de Paulo Freire. Na mesma medida as práticas de pesquisa participante e pesquisa ação, presentes nos trabalhos com os camponeses nos anos 1960 e 1970, orientados pelos trabalhos junto aos movimentos sociais e populares no continente latinoamericano, receberam influências dos aportes de Orlando Fals Borda.

Ha, também, uma dimensão intrínseca à filosofia e aos compromissos assumidos por esse trabalho. Fala-se, aqui, da dimensão sócio-histórica do homem, compreendendo-o como ator social e, também, atribuindo à comunidade elementos centrais das relações comunitárias. Assim, a comunidade, através de tais trabalhos, ao longo destas últimas décadas, passa a ser vista como um ator social, e cuja compreensão psicossocial torna-se decisiva para entender os processos de participação e de conscientização. Estas dimensões - intrínsecas à prática da Psicologia Social Comunitária – apontam para dois aspectos importantes: sobre a ação humana e sobre o comprometimento político. Detectar e compreender a dimensão sócio-política da ação humana (seja do profissional ou da comunidade), leva-nos a falar dos significados que a prática do trabalho, a cada etapa, tem para cada um dos atores

envolvidos. Isto pode ajudar a entender os porquês de alguns avanços e retrocessos, mesmo quando parece que o trabalho já não possui mais nenhum impedimento para a sua boa realização. O outro aspecto aponta para a natureza do comprometimento político e social do trabalho. Isto nos remete a identificar que impactos e retornos este tipo de prática tem produzido e dirigidos para que participantes e setores da população, mostrando também dificuldades para sua realização, assim como lacunas no processo de formação dos profissionais.

Ao se olhar a prática cotidiana das pessoas e dos trabalhos comunitários realizados podemos ir encontrando **liames** entre as possibilidades de mudança da sociedade, as formas de participação, enfrentamento e sobrevivência das pessoas, e suas vidas cotidianas (Freitas, 2005). Portanto, ao entender a vida cotidiana, poderemos entender as participações e não participações nas práticas comunitárias, nas redes de solidariedade, nas convivências cotidianas e nos processos de conscientização. Poderemos encontrar caminhos para que a vida cotidiana possa se transformar em práticas de liberdade e justiça (não só individuais, mas principalmente coletivas) e, conseqüentemente, de mudança social.

Para isso, então, torna-se imprescindível, também, a preparação e desenvolvimento de um Processo de Educação, Formação e Capacitação dos diferentes Agentes Sociais, Comunitários e Educacionais (sejam internos ou externos), que estejam implicados com a construção de uma consciência crítica e comprometido com a melhoria da vida das pessoas.

Referências

- Freire, P. (1974). *Concientización*. Buenos Aires: Busqueda.
- Freire, P. (1976). *Educación y Cambio*. Buenos Aires: Busqueda.
- Freitas, M. F. Quintal de. (2000). Voices from the Soul: The Construction of Brazilian Community Social Psychology. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 10, 315-326.
- Freitas, M. F. Quintal de. (2001). Prácticas en Comunidad y Psicología Comunitaria. In M.Montero (coord.), *Psicología Social Comunitaria. Teoría, Método y Experiencia* (pp.139-166). México: Universidad de Guadalajara.
- Freitas, M. F. Quintal de. (2002). Intersecciones entre sentido de comunidad y vida cotidiana. En Piper, I. (comp.), *Políticas, Sujetos y Resistencias – Debates y Críticas en Psicología Social* (pp. 293-306). Santiago de Chile: ARCIS.
- Freitas, M. F. Quintal de. (2003). Psychosocial Practices and Community Dynamics. Meanings and possibilities of advance from the

- perspective of the engaged social actors. *The International Journal of Critical Psychology* 9, 107-124.
- Freitas, M. F. Quintal de. (2005). (In)Coerências entre Práticas Psicosociais em Comunidade e Projetos de Transformação Social: Aproximações entre as psicologias Sociais da Libertação e Comunitária. In PSICO, PUC-RS 36 (1), 47-54.
- Freitas, M. F. Quintal de. (2012) Community Social Psychology as Political Education and Awareness-Raising: Resistances and Possibilities in Everyday Life - Suggestion for a Model of Analysis. *Global Journal of Community Psychology* 2, 14-24.
- Freitas, M. F. Quintal de. (2014). Psicologia Social Comunitária como politização de vida cotidiana: desafios prática em comunidade. In Claudia Stella (org.). *Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências* (pp. 65-85). Petrópolis: Vozes.
- Freitas, M. F. Quintal de. (2015). Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. *Estudos de Psicologia* 32, 521-532.
- Martín-Baró, I. (1998a). El Quehacer Desideologizador de la Psicología. In A. Blanco (ed.) *Psicología de la Liberación* (pp. 131-202). Madrid: Trotta.
- Martín-Baró, I. (1998b). La Liberación como Exigencia de la Praxis. In A. Blanco (ed.), *Psicología de la Liberación* (pp.283-342). Madrid: Trotta.
- Montero, M. (2003a). Relatedness as The Basis for Liberation. *The International Journal of Critical Psychology* 9, 61-74,
- Montero, M. (2003b). *Teoría y Práctica de la Psicología Comunitária*. Buenos Aires: Paidós.
-

Fecha de recepción: 29 de noviembre 2017

Fecha de aceptación: 2 de julio de 2018